

# Crédito de confiança é um ônus também

Os leitores do Jornal da Tarde são testemunhas de que recebemos a nova equipe econômica do governo federal com um pé atrás, como diz o povo, e fundamentamos nossas razões. O passado de alguns dos homens que a compõem, as idéias que costumemente defendiam, o teor das críticas que faziam às autoridades do governo anterior, as muitas propostas de política econômica que chegaram a formular — tudo isso produzia, desse grupo, uma imagem amadorística, por um lado, anticapitalista ou antiempresa privada, de outro, e altamente estatizante, afinal. É evidente que entre esses homens não incluíamos o sr. Dílson Funaro, cuja atuação como homem público e empresário não justificaria o mesmo tipo de restrições.

Não temos, na realidade, idiossincrasias em relação a nenhum componente do grupo. Nossas posições, atitudes e críticas sempre foram ditadas com vistas ao mais alto e mais amplo interesse nacional. É sempre pensando no Brasil, no seu povo, no seu futuro, que avaliamos os poderosos de qualquer momento. Assim sendo, e imbuídos desse mesmo espírito, isto é, tendo diante dos olhos o interesse nacional e nossa perene "torcida" em favor deste país, que merece muito mais do que lhe têm dado suas elites dirigentes, não hesitamos em abrir crédito de confiança à nova equipe.

Agora, por exemplo, estamos vivendo um momento delicado que, se autoriza novas esperanças, justifica também muita apreensão. A ocorrência ou não da greve dos bancários (escrevíamos antes de uma decisão dos profissionais dessa categoria) é um teste importante, pois, na prática, poderá dar a medida da viabilidade das boas intenções da nova equipe e do esforço que ela está fazendo para montar uma estratégia de política econômica, muito difícil de ser praticada, a nosso ver, mas que merece apoio. A atuação dos ministros Dílson Funaro e Almir Pazzianotto como intermediários e conciliadores das forças em conflito foi positiva, assim como nos tem parecido positiva a atitude geral do governo do presidente Sarney, que é a de manter-se sereno, alertando claramente para os inconvenientes e prejuízos da greve neste momento, mas reiterando sua disposição de garantir a ordem pública e o direito ao trabalho daqueles que não aderirem ao movimento grevista. Atitude muito diferente daquela que teve o próprio ministro do Trabalho, há algum tempo, quando propôs um projeto de lei de greve que, se estivesse agora em vigor, deixaria o governo totalmente desarmado na eventualidade de não serem atendidos os apelos que faz agora às lideranças sindicais.

Todavia, os apelos à responsabilidade, à concórdia e à trégua que as novas autoridades estão dirigindo neste momento às classes trabalhadoras, pedindo a elas um justificado crédito de confiança, implicam também, para essas mesmas autoridades, um ônus e uma maior responsabilidade: a de tornar a vida das classes trabalhadoras e assalariadas menos dura em termos de inflação e de custo de vida, e mais esperançosa em termos de verdadeiro e consolidado desenvolvimento. Todos sabemos que isso não pode ser conseguido da noite para o dia. Mas tem de começar a ser obtido de qualquer modo em prazo relativamente curto. Para que possamos todos nos convencer de que estamos no caminho correto. Em outras palavras, para que haja a indispensável confiança na ação do governo.

Ora, o caminho correto para esse objetivo passa obrigatoriamente e inevitavelmente pela redução do déficit público — para falar em termos estritamente financeiros —, o que quer dizer, pela eliminação completa dos descalabros, dos desperdícios, dos escândalos dentro do governo e das suas empresas, para usar uma linguagem mais popular. O saneamento rigoroso e vigoroso do setor público como um todo e em todos os seus níveis — que ainda não começou na Nova República — é na verdade o grande recibo que a comunidade de assalariados, contribuintes, donas-de-casa, trabalhadores em geral tem o direito de exigir das atuais autoridades em troca de colaborar com elas em qualquer tipo de sacrifício, incluindo a moderação das suas reivindicações.

Lembramos aqui às novas autoridades algo que dissemos para as antigas autoridades há bastante tempo. Quando o governo do presidente Figueiredo pôs em prática a sua política de arrocho salarial criticamos acerbamente a medida não porque duvidávamos de que o combate à inflação exija também contenção salarial, mas porque achávamos que quem tinha de dar o primeiro exemplo de austeridade, sacrifício e contenção era o próprio governo e sua máquina, particularmente as empresas estatais. Só com esse exemplo vividamente demonstrado aos olhos do povo é que os governantes teriam autoridade moral para pedir sacrifícios a ele. Advertíamos, na ocasião, que a política de contenção salarial seria jogada fora, pela janela, desperdiçada como instrumento antinflacionário, se os governantes não reduzissem rápida e eficazmente o dispêndio público e seu conseqüente déficit.

Eis-nos, portanto, num momento semelhante. Nos contatos pessoais que temos tido com as novas autoridades vimos testemunhando uma disposição, que nos parece firme, de realmente reduzir os gastos públicos em montante significativo e em prazo relativamente rápido. Essa disposição é positiva. E ontem mesmo o ministro João Sayad, de cujas inclinações estatizantes sempre suspeitamos — e ainda não temos motivos para deixar de suspeitar —, depois de se declarar "preocupadíssimo" com a evolução das reivindicações salariais e principalmente com os pleitos de trimestralidade, apontou o empreguismo e as máquinas ineficientes do governo entre as causas principais das nossas dificuldades. Várias autoridades de segundo escalão estão falando da necessidade de realmente reduzir as proporções dos gastos e da máquina do setor público, chegando até a admitir abertamente, pela primeira vez, a demissão de funcionários na escala e na proporção necessárias.

Além dessa disposição proclamada, parece estar-se formulando uma política econômica integrada e apoiada por todos os membros da nova equipe, cuja linha mestra seria conter o crescimento da inflação, mas sem choque ortodoxo ou heterodoxo, simplesmente a segurando mais ou menos nos níveis atuais, enquanto se vai processando o saneamento do setor público, a redução paulatina dos juros de mercado e, portanto, a reversão das expectativas. Trata-se, ao que nos parece, de uma política econômica de bom senso, mas de difícil execução. Todos sabemos que com a inflação nos níveis em que está qualquer choque de oferta ou perturbação exógena é altamente desestabilizadora. Preferíamos que as autoridades estivessem empenhadas em realmente reduzir a inflação. Mas elas alegam que precisam chegar "pacífica e ordeiramente" à Constituinte — como diz o prof. Edmar Bacha, do IBGE. Respeitamos essa subordinação da política econômica aos objetivos da política-política. E desejamos que tudo corra pelo melhor. Mas permaneceremos alertas para ver se realmente a disposição de combater a principal causa da nossa desordem financeira — o crescimento exponencial dos gastos públicos — de fato se materializa e justifica credibilidade na nova equipe.

*Economia - Brasil*